

Elementos que Compõe a Relação Homem Natureza – Uma abordagem teórica.

Ana Victória Vieira Martins Monteiro¹

Denyse Chabaribery²

Introdução

A discussão sobre as concepções da relação homem natureza são importantes para projetos na área de políticas ambientais, visto que os procedimentos para implantar estas propostas requerem avaliação das relações homem natureza. Esta discussão que apresentamos neste texto faz parte dos subsídios para o projeto Avaliação do Processo de Implantação de Projetos Demonstrativos para a Recuperação de Matas Ciliares, que é parte do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (PRMC) que está sendo desenvolvido pelas Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Este projeto considera o fato de que um dos principais conflitos apontados pelas várias entidades da sociedade civil, representantes de instituições governamentais e de lideranças dos produtores, referindo-se à implantação de projetos de recuperação de matas ciliares, está relacionado à baixa receptividade inicial que um programa neste porte poderia ter, junto aos agricultores, pela necessidade de dispor uma parte de suas áreas que passaria a ser demandante de recursos no plantio e na manutenção da floresta ciliar, ao invés de gerar renda em outras explorações.

Diante desta situação inicial, o impacto que as ações preparatórias, os estudos preliminares, a mobilização de técnicos e da sociedade para a proposição de projetos pilotos, e a necessidade de preparar os produtores rurais para a adesão à idéia de restauração de matas ciliares, pode vir a ser um momento em que a fragilidade das partes, em seus embates conceituais e práticos, crie dificuldades irreversíveis para o projeto como um todo.

¹ Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola. Ms em Geografia.

² Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola. Dr em Economia.

Estas condições e necessidades resultaram na formulação de uma metodologia de acompanhamento para avaliar as ações implementadas pelo PRMC para tornar-se um instrumento para a gestão do projeto, bem como, fornecer subsídio seguro à expansão das atividades na segunda fase do projeto, o da implantação, propriamente dita, da política de recuperação de matas ciliares no Estado de São Paulo.

O objetivo desta avaliação dos impactos nas comunidades locais é estabelecer um sistema de acompanhamento e avaliação socioeconômica em microbacias hidrográficas implantadas dentro do conjunto de ações experimentais para a construção do PRMC. Realizar a avaliação quantitativa, por meio de indicadores, e qualitativa dos impactos sociais e econômicos dos projetos pilotos nas comunidades rurais, localizadas nas microbacias selecionadas pelo PRMC.

A avaliação de projetos sociais tem como objetivo comparar um padrão almejado - em direção ao qual se orienta a ação de política pública - com a realidade ou o que ocorrerá em consequência da atividade empreendida (determinar o alcance potencial no qual a realidade vai ser modificada) (COHEN; FRANCO, 2004).

O sistema de monitoramento visa o acompanhamento das atividades propostas pelos convênios e parcerias, tanto com as instituições públicas como com as ONGs e entidades privadas, para analisar a adesão dos produtores aos projetos relacionados à recuperação de matas ciliares. A avaliação pretende medir o verdadeiro impacto social e econômico do projeto sobre o bem-estar e a melhoria nas condições de vida da comunidade rural, bem como os resultados mais diretos sobre a implantação de florestas ciliares.

Além dos objetivos do PRMC, fatores importantes a serem considerados são os diferentes níveis de organização social em que as comunidades rurais se encontram, refletindo-se na participação da população em propostas inovadoras, o que aumenta a necessidade de melhor compreender as concepções, as leituras, ou imagens que as comunidades tem da natureza e sobre a qual estabelecem suas relações.

A relação homem-natureza

No âmbito cultural é importante entender as relações que o agricultor familiar estabelece com o ambiente, as concepções que estabelecem esta relação com o ambiente e a influência destas concepções na forma como se dá a interação com a natureza em seu entorno.

Alguns agricultores familiares podem pertencer a uma comunidade tradicional, mas, em geral, já passaram por um longo processo de modernização, que os tem distanciado de um “saber tradicional”. Porém, sua identidade e suas relações ainda estão baseadas em tradições.

Quando vamos trabalhar com o agricultor, principalmente na agricultura familiar, é importante identificar o contexto cultural no qual as relações se estabelecem; se são mantidos vínculos fortes com as tradições, ou em que grau essas ligações estão mais desgastadas pelo processo de modernização.

O agricultor familiar, no processo de modernização conservadora, se inseriu e grande parte se mantém inseridos precariamente no mercado, carregando o peso da busca de margens de lucro que viabilizem sua manutenção na agricultura (Chabaribery, D, 1999), o que cria um conflito entre a conservação do meio ambiente e a produção.

Em qualquer situação é sempre possível resgatar junto ao agricultor e ou comunidades rurais, a integração/identificação que mantinham com o meio. O que precisamos compreender em cada caso é como ele próprio se insere no meio ambiente. Quais as representações simbólicas da natureza (que se expressam na prática) ele conservou.

Assim, em cada caso é importante identificar os fatores que alteraram as relações que mantinham com o ambiente e as possibilidades de recuperar/recriar os saberes tradicionais, como forma de restabelecer uma concepção de integração entre o produtor e a natureza.

Elementos que compõe as concepções de natureza

Com o andamento do projeto e a possibilidade de explorar no trabalho de pesquisa as concepções que fossem apresentadas pelos produtores nas micro-

bacias, o estudo desta temática foi aprofundado a partir de um envolvimento formal na disciplina Imagens da Natureza: representações simbólicas do mundo natural oferecida pelo Professor Antonio Carlos Diegues, no Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM – USP em meados de 2006.

A partir das leituras e discussões realizadas neste curso foram organizados os elementos que compõe as concepções sobre a relação do homem com a natureza, das quais podemos lançar mão no desenvolvimento do projeto de pesquisa , e que estão apresentadas neste texto.

1. A história ecológica das relações entre sociedade e ecossistemas e as representações simbólicas, especificamente o *apego seletivo à natureza* no Japão segundo Philippe Pons (1997) parte do princípio que mesmo na visão de natureza como um valor supremo, ela é concebida no contexto cultural japonês como o próprio equilíbrio, e harmonia que pode ser criado e idealizado pela sociedade (apego seletivo), abrindo espaço para a destruição seletiva da natureza.

Nesta concepção a natureza é independente de qualquer determinação anterior e tem a fugacidade como uma característica (budismo - impermanência das coisas).O autor acentua a importância dada a natureza nos diversos aspectos da vida com muita força, de convivência simbiótica, mas a relação que se estabelece é com a natureza cultivada, construída, que é a valorizada culturalmente. Outros problemas nesta idéia de natureza, é a visão da relação do homem com a natureza como uma relação entre sujeitos (permitindo a depredação e resultando em sérias conseqüências no processo de adoção de tecnologias ocidentais) e a idéia de infinitude e, inesgotabilidade da natureza.

Exemplo: o caso de Minamata onde após grave contaminação, a conscientização só ocorreu com o processo de revoltas resultante da negação da fábrica a ter compaixão dos aldeões. A situação era moral e foi o ressentimento que moveu a luta contra a fábrica e à reapropriação do meio.

Na história da Austrália, Xavier Pons (1997) entende a relação como tendo sido construída *entre o terror e a beleza*, ao analisar a relação dos colonizadores do território australiano e o ambiente natural encontrado, descrevendo uma forte

reação de rivalidade, dominação como a que se pretende com um inimigo. O contexto cultural define as normas onde ao se valorizar uma particularidade natural se desvaloriza outra, os sentimentos de desprezo e hostilidade foram conciliados pelos colonizadores à necessidade de obtenção de ganhos econômicos. As dificuldades em assimilar a enorme diferença de especificidades ambientais entre a Europa e a Austrália aliada a busca por resultados econômicos em um ambiente do qual não havia conhecimentos e nem tentativas de compreender, trouxeram consigo uma leitura bastante carregada de conotações negativas e a devastação do território.

A reconciliação dos australianos com o seu ambiente se deu após episódios de intensificação da desertificação e contaminação de parte do território, mas ainda assim como uma forma contida de convivência com o desconhecido e perigoso, onde o contacto é breve e cauteloso. Isto só se deu com a formação da identidade de australiano (o colono passou a desejar proteger a natureza).

Já a relação estabelecida pelos aborígenes com a natureza parte da idéia de que o homem é parte integrante da natureza, sendo que o que é denominado natureza para o colonizador é de fato o resultado de uma relação secular desta com os habitantes nativos da Austrália que a modificava.

São relações construídas pela sociedade com um aspecto, ou uma leitura específica da natureza, e de acordo com imposições (ora econômicas, ora ambientais), com os conflitos entre a proteção da natureza e as necessidades econômicas dos países, que se sobressaem nas relações entre sociedades e ecossistemas.

(Vale do Paraíba, incompreensão dos solos que não respondem mais, sempre discurso das riquezas do tempo do café)

2. O significado do simbólico e do imaginário para compreensão das relações homem- natureza para Mircea Eliade (1997) parte da discussão sobre a heterogeneidade do tempo, de acordo com as diferentes experiências, com a forma de vivenciar o tempo que se estrutura com forma, intensidade e finalidade

variadas. As organizações culturais tem sistema temporal, com base nos ritmos cósmicos e na religiosidade que requerem entendimento distintos.

As festas e rituais periódicos dos grupos culturais abrem uma regeneração total do tempo, visam instaurar um tempo novo, através das cosmogonias, um regresso ao caos primordial significa a abolição do tempo profano e a instauração do novo tempo e a recriação, regeneração total do tempo.

São registradas duas características do tempo mítico, sua repetibilidade, e o “começo” do tempo. Toda a mentalidade primitiva coincide com o mito, todo acontecimento que de fato tem sentido são os que repetem gestos revelados pelas divindades, os acontecimentos míticos.

A participação e a importância da água se destaca nos mitos e a possibilidade de prever através dos sinais que sucedem o ato cosmogônico os acontecimentos. A água como sagrada, fonte de vida, símbolo de pureza e elemento forte, capaz de dissolver, eliminar o mal são mitos que dão significado especial a este elemento da natureza.

Tornar atual um acontecimento mítico supõe a regeneração, pode-se instaurar o recomeço, obter-se cura ou reparação, como um desaparecimento e reaparecimento cíclico, o eterno retorno às origens, e esta característica está presente em várias culturas e em épocas diferentes.

3. O papel do simbólico e das representações mentais sobre a natureza segundo Gilbert Durand (1988) parte discussão sobre a desvalorização da imaginação, resultando em uma grande confusão nos usos que se faz dos termos relativos ao imaginário.

Há duas maneiras de representar o mundo pela consciência, uma direta, quando o que se é representado está presente na mente e outra indireta, quando o que se pretende representar, não pode apresentar-se, como nas lembranças, então este “objeto” ganha forma de uma imagem.

As diferenças entre estes pensamentos diretos e indiretos têm mais precisamente diferentes graus de imagens e são representados por diferentes símbolos que são capazes de remeterem diretamente a mensagem desejada e de

forma em que esta pode ser amplamente compreendida dentro de uma cultura, mas estes símbolos muitas vezes remetem a uma realidade significada que também pode ser muito complexa ou dificilmente apresentável.

O simbolismo é composto por estas coisas ausentes ou impossíveis de perceber, a imagem simbólica é a transfiguração de uma representação concreta através de um sentido abstrato.

Citando Paul Ricoeur são identificadas as dimensões dos símbolos autênticos: é cósmico (retira a figuração do mundo visível), onírico (enraíza-se nas lembranças) e é poético (usa linguagem – como é o caso da floresta). Enquanto o significante remete as qualidades, o significado se dispersa em todo o universo concreto.

A necessidade de estudar o fato simbólico se dá sob pena de alienação das realidades locais, pois a proposta de recuperação das matas ciliares e a adesão dos proprietários rurais que se dá neste momento comporta também significados, traz para cada um símbolos (remete a uma imaginação simbólica) que tem raízes culturais.

Implantadas as matas ciliares estas terão um significado a partir de sua consciência direta, que em contraponto ou aliada às questões ligadas ao tempo concreto, as realidades econômicas e sociais trarão alterações neste significado da “nova Floresta”(recriada) nos grupos das micro-bacias.

4. A construção social da noção de natureza na visão de Keith Thomas é apresentada a partir das mudanças de atitude do homem em relação à natureza (plantas e animais) entre 1500 e 1800 foi resultante de mudanças de leitura nos fundamentos teológicos.

O entendimento que animais e plantas foram criados para servir ao homem (através da labuta ou como alimento) era a base das relações que se estabelecia entre a sociedade e a natureza. Desde a criação do mundo e reiterada após o dilúvio por Deus havia a autoridade do homem sobre animais e plantas, teria o homem lugar central e predominante no plano divino (fato fundamentador da vida).

No desenvolvimento das ciências, no Iluminismo europeu o tema central era a vitória do homem sobre a natureza, justificando qualquer atrocidade. O valor e a virtude humana, entendida como ilimitadas e toda uma gama de argumentações filosóficas se punham a serviço desta causa (antropocentrismo). Apesar da força do cristianismo nessa relação estabelecida na Inglaterra, o autor reitera que a propriedade privada e a economia monetária foram responsáveis pelo fim da “deificação da natureza” nas diversas partes do mundo.

A domesticação de animais formou um padrão para outras formas de subordinação social, onde comportamentos, características, conhecimento e detenção de algum poder econômico justificavam atitudes autoritárias. O debate no período era sobre o direito amplo da humanidade sobre as criaturas, ou se estes direitos estariam reservados a um grupo privilegiado. Cada pessoa deveria ter um ser inferior para humilhar (ser superior).

Um dilema humano, já por volta de 1800, resultado da insuportável poluição londrina desde o século 13, inicia as controvérsias da relação do homem com o ambiente, com base em uma visão urbana que atribui valores negativos ao ambiente urbano e qualificações positivas (inclusive morais) ao ambiente do campo (natural).

As casas de campo, o desejo de preservar campos adjacentes para lazer e mesmo a “pureza” atribuída pela religião ao campo revalorizou a convivência com a natureza, idealizando o campo, a terra da lavoura e a vida camponesa, a paisagem domesticada, as plantações organizadas eram preferíveis, só fins do século 18, é que o apreço pela natureza selvagem começou a ganhar força (status) entre aqueles que buscavam regeneração espiritual (condições para o início de movimentos de preservação de montanhas).

Tanto as ervas daninhas, como os animais e aves selvagens começaram a ser cada vez mais estudadas e preservadas, mesmo com ajuda de inúmeros amadores. Os estudos baseados no conceito de que animais e plantas serviam a algum propósito, neste período em que a história natural era um hobby, deu origem a conhecimentos fundamentais para legislações de preservação da natureza nos séculos posteriores.

5. *A natureza enquanto paisagem, imagem e memória* está ligada as recordações e experiências vividas segundo Simon Shama (1995) que parte de suas recordações da infância, da literatura preferida, fazendo referência as viagens do tempo sem sair do lugar, e aponta com base em sua história de vida o papel da educação na composição e entendimento que tinha das árvores (a floresta judia como o retorno à origem do lugar judeu no mundo, ao berço da nação, as árvores como imigrantes por procuração).

Assim a partir da memória, de lembranças da infância inicia a identificação da paisagem como obra da mente. Sendo as paisagens desde a antiguidade resultantes dos vários sistemas naturais de intervenção humana.

Mesmo a própria identificação, construção mental do “Éden” americano, presente em seus parques, como lugar selvagem, sem presença humana, é em sua própria leitura vestígio desta presença (ex: os parques americanos aparentemente intocados foram produzidos por séculos de ocupação e de relação com os habitantes do local). A percepção da natureza é que estabelece a diferença entre “matéria bruta e paisagem”.

Inúmeras paisagens descritas, reproduzidas e pintadas são valorizadas quando podem ser associadas a sentimentos com significados. É com o olhar cultural, que uma paisagem é apreendida.

A história do ambiente expõe à tomada de terras onde culturas que mantinham relação de respeito com o solo foram substituídas, onde antes o homem fazia parte da natureza, agora ele a explora (fruto das revoluções científicas, da maximização da exploração e da idéia de inesgotabilidade da natureza).

A proposta de Max Oelsehlaeger apresentada por Shama, sugere “novos mitos” para reparar danos dos abusos praticados à natureza e restaurar o equilíbrio entre o homem e os outros organismos com os quais partilhamos o planeta. Para Shama é necessário buscar os velhos mitos, produtos de uma cultura, de uma tradição (mitos, lembranças, histórias e obsessões), pois estes podem ser resgatados, a proposta é de exploração da herança cultural, onde a

memória é muito importante, onde o elo que une a humanidade à natureza pode ser retomado, na memória estão indissociadas a paisagem e a cultura.

A percepção de uma paisagem antiga sobre a contemporânea equivale a perceber a permanência dos mitos essenciais, e para tanto o autor sugere 'escavar' até as camadas mais profundas da cultura, da memória e dos mitos.

Para recuperar os veios e os mitos que nos unem a natureza é necessário outro nível de visão (não convencional). Apesar de culturas diversas relacionarem-se com a natureza e paisagem de formas mais ou menos intensa, os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: a permanência ao longo do tempo e a capacidade de moldar instituições com as quais convivemos, como a identidade nacional. A paisagem pode ser concebida visando expressar virtudes de uma comunidade. A idéia de que a natureza não é dissociada da humanidade e que esta junção entre homem e natureza é o arcabouço da cultura, vem no texto indicar que a paisagem traz as possibilidades de resgatar a memória, os signos e símbolos da memória.

Há a possibilidade de uma memória social e de guardarmos a existência *(mesmo em nossa sociedade racional, na busca de inserção dos agricultores no mercado)* de um grande resíduo de irracionalidade mítica, que *pode oferecer elementos de análise quando aparecem de forma sutil ou clara nas falas dos agricultores.*

6. O oceano enquanto construção simbólica segundo Alain Corbin (1989) era na Europa a imagem do desconhecido e de horrores representados pelo mar partindo das imagens bíblicas, da não existência do mar no paraíso, do entendimento do mar como abismo onde foi confinado o caos existente pós-dilúvio, do oceano como instrumento de punição e lembrança da catástrofe. Assim até as várias interpretações da costa, reforçavam com a imagem dos dejetos, as praias como receptáculo para toda secreção e impureza. No caso das navegações as cosmologias faziam relação do mar com os poderes demoníacos, com a loucura e as tempestades reforçavam essa imagem. Essas imagens conviviam com a da

imensidão da água, germe da vida e espelho da morte (fragilidade da vida e caminho para o porto eterno).

As novas práticas litorâneas que se iniciaram e sedimentaram entre 1750 e 1840 tem as figuras iniciais da admiração através da contemplação e é reforçado pela teologia natural que educa o olhar (mundo natural como hino à bondade divina), há uma dissolução das imagens repulsivas do mar e a contemplação entra na moda. Assim, tudo, desde a composição da água do mar atende (para os homens) as intenções divinas. No estabelecimento desta nova leitura foi importante a relação entre os holandeses e o mar, onde eles impuseram limites, a paisagem era concebida como resultado de um combate.

Com a divulgação de conhecimento científico sobre os benefícios da água do mar, disseminaram-se os estabelecimentos de banho. Em 1819 os apreciadores de banho de mar já eram numerosos, mas ainda aqueles que queriam banhar-se diretamente no mar não dispunham de estrutura para tal. Estabelecimentos para banhos no mar, quando criados possuíam separações em alas masculinas e femininas.

Os novos usos do mar exigiram adaptações, além do quebra-mar, estruturas que permitissem facilitar a admiração e a ostentação das classes dominantes, mas os habitantes dos centros manufatureiros também passaram a procurar as praias, que agora passavam a ser divididas também em zonas, as reservadas às classes inferiores e a reservada aos ricos (com caminhos de tábua até o mar), todos vislumbravam um tempo junto ao mar. Novos significados e símbolos se estabeleceram, uma nova “interpretação” passava a regular a relação da sociedade com o mar.

7. O imaginário, os mitos e a conservação da natureza trás em seu bojo o questionamento das soluções ambientais segundo Gomes-Pompa (2000), propostas com base numa racionalidade ocidental, com conceitos de natureza que representam crenças e aspirações urbanas, que presumem saber o que e como preservar, desconsiderando percepções e experiência de populações que tem ligações mais próximas da terra e com o ambiente natural.

Na tradição ocidental de pensamento ambiental e de conservação a percepção coletiva da natureza está baseada nos conceitos de que as ações humanas são sempre negativas, as terras naturais são a fonte da biodiversidade e fontes vitais do mecanismo ambiental.

A natureza pode a ser concebida como um 'estado de transformações contínuas' (onde ocorrem mudanças aleatórias e induzidas pelo homem). Mitos sobre o meio ambiente influenciam políticas, como o de que ecossistemas naturais como regiões não devem ser habitadas (visão mitológica do ecossistema como ligação com o início da humanidade) e de que a natureza deve ser domada, submetida pela superioridade tecnológica humana sobre as forças primitivas, desconsiderando pesquisas que mostram muitas áreas nativas que foram influenciadas por longo tempo pelas atividades humanas.

Neste aspecto a recuperação das matas ciliares pode ser interpretada como a ação positiva no processo de transformações contínuas onde a ação da sociedade e dos produtores deve ser realizada e continuada para a manutenção posterior das florestas, que podem ainda ser utilizadas economicamente, quando planejados os sistemas de agro-florestas. A proposta é de desafiar crenças sobre a capacidade de nosso conhecimento e a percepção de pureza e estado original de florestas.

O importante é ressaltar que a leitura sobre o ambiente está ligada à relação que se estabelece com a natureza, podendo ser fruto de experiência de gerações em caso de agricultores para os quais o ambiente é um mundo complexo com significado simbólico e social conferido a terra e aos recursos, sendo as demandas externas responsáveis por conflitos. As mesmas terras são concebidas de formas diversas de acordo com as relações e interesses dos grupos.

São os interesses de nossa sociedade os responsáveis pela maior parte do desflorestamento. São as práticas tradicionais responsáveis por manter e proteger a biodiversidade e a diversidade genética que fortalece a maioria das variedades de alimentos cultivados em diversas áreas.

Florestas aparentemente intocadas foram ocupadas e tiveram um ambiente intensivamente manejado e modificado, são tanto artefatos como habitats. O termo não modificado, deve referir-se à ausência de distúrbios causados por tecnologias modernas (muitas irreversíveis e imprevisíveis).

Gomes-Pompa postula a re-elaboração de Programas de pesquisa e de educação para populações rurais e urbanas, com preocupação de inclusão das esferas locais, do reconhecimento das tradições. São arroladas prioridades a serem consideradas nos Programas de pesquisa e educação tendo esses à tônica da inclusão das sociedades locais e do papel humano. O reconhecimento de diferentes sistemas de crença é apontado como base de um diálogo, não imposição de um conhecimento às populações, ressaltando a importância de uma percepção compartilhada quanto aos cuidados com a terra, pois as políticas alteram de fato a vida das populações locais (exige negociação). É necessário dividir informações, prever benefícios locais e perspectivas. O autor conclui, que o maior desafio não é a conservação das áreas naturais, mas domesticar o mito do entendimento da separação entre natureza e seres humanos.

8. *Mitos bioantropomórficos e a conservação da natureza* são abordados por Philippe Descola (1997) a partir da Amazônia que traz a nostalgia de um modo de vida que preserva o equilíbrio entre homem e natureza, sendo a distribuição e composição dos tipos de floresta resultado de milênios de ocupação que transformaram profundamente a paisagem. Os índios usaram estratégias capazes de manter os princípios de funcionamento, sem oferecer riscos para reprodução do meio ambiente, através de uma diversidade de saberes e técnicas de extensão variadas baseados em crenças e mitos. Esses modelos explicam, organizam justificam e indicam como usar os conhecimentos. Nas cosmologias amazônicas as diferenças entre homem, plantas e animais são de grau, não de natureza.

O autor cita grupos indígenas para os quais plantas e animais possuem alma (sociabilidade sutil), assim o que chamamos natureza, é aqui sujeito de uma relação social, plantas, homens, animais e espíritos compõe a sociedade, e grupos para os quais as identidades são contextuais afirmando a existência de

muitas cosmogonias análogas, onde identidades são determinadas de forma relacional.

O conhecimento das inter-relações complexas dos organismos é aplicado para subsistência. Existe uma família de cosmologias, sem distinção nítida entre natureza e sociedade, cujo princípio organizador está na circulação dos fluxos, das entidades e das substâncias entre elas. As características desta circulação dependem principalmente das posições relativas ocupadas pelas entidades uma em relação às outras, dependendo do modo de identificação.

O pressuposto naturalista (princípio cosmológico – a natureza existe) do qual culturalmente somos dotados pressupõe a existência da natureza autonomamente, como fruto de nossa experiência, daí, a idéia da natureza ser uma construção social é um grande desafio. Apesar das diferentes funções simbólicas, o traço antropocêntrico é o referencial para as conceitualizações sobre o meio ambiente, resultando em diferentes modelos, mas que sempre operam com identidades que são culturalmente elaboradas.

“Existindo por si próprias ou definidas do exterior, produzidas pelo homem ou somente por eles percebidas, materiais ou imateriais, as entidades que constituem nosso universo só possuem um sentido e uma identidade através das relações que instituem enquanto tais” (p.261).

Daí, a importância da adesão dos proprietários ao PRMC estar associada a alguma participação mais efetiva, criando uma relação direta, um vínculo com a área de mata ciliar a ser estabelecida (desde a discussão do modelo e das possibilidades de espécies em cada modelo).

9. *Os neo-mitos e a conservação da natureza* são tratados por Antônio Carlos Diegues (2004) a partir da discussão dos princípios e estratégias de conservação da natureza (modelos dos Parques Nacionais), discutindo conceitos, modelos e enfoques de grupos ambientalistas com conceitos distintos.

Há uma oposição entre culturalismo e naturalismo, (a primeira concebe a ruptura entre sociedade e natureza e a segunda afirma a unidade - o homem está dentro da natureza, faz parte dela). No novo naturalismo (ativo) o homem produz o

meio sendo também produto dele; a natureza faz parte da história e a relação com a natureza é realizada coletivamente (sociedade pertence à natureza, faz parte e é criação desta); este novo naturalismo dá palavra a cada cultura.

A partir de então cresce o entendimento da importância da diferenciação dos mitos, de suas polilógicas, dos símbolos e de suas recriações, da coexistência de mitos e neomitos antagônicos no estabelecimento de áreas naturais protegidas e na relação entre sociedade e natureza, pois parte-se da concepção de que a ação intencional do homem sobre a natureza pressupõe a representação de idéias, organização e legitimação desta relação, tipos de exploração dependem das formas das relações sociais, intencionalidades, objetivos de produção material e social (representações, símbolos e mitos).

Atitudes que favorecem populações urbanas fundamentadas em neomitos, em detrimento de saberes e de tradições de usos sustentáveis e eqüitativos, geram conflitos e agravam a despossessão de conhecimentos com afirmação do poder da ciência e aumento das desigualdades sociais.

Assim se coloca a necessidade de integrar o etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo (nas tomadas de decisões) e a valorização da concepção integrada do mundo e redefinição das relações atuais do homem com a natureza.

Considerações

Assegurar o entendimento de quais são os saberes e as tradições sustentáveis nos grupos locais onde estão sendo recuperadas as matas ciliares, bem como compreender a forma como estes saberes foram transformados com o avanço tecnológico é um desafio que requer a identificação das relações criadas e o encontro de um caminho para nova transformação nas relações locais da sociedade com a natureza, que passará a apresentar uma floresta em sua paisagem.

Que imagens, noções, imaginário, representações e memória existem nestes agricultores sobre a mata? Para além da questão da água, da área de produção? Quais símbolos, mitos podem comportar a nova paisagem?

Algum cuidado nesta linha de investigação pode clarear as relações que estão por se estabelecer visando a conservação das matas recuperadas em unidades de agricultura familiar e uma visão positiva dos projetos demonstrativos do PRMC.

Bibliografia

CHABARIBERY, D. Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista. São Paulo: IEA. 1999.

CHABARIBERY, D. et all Projeto de pesquisa: Estudos de Avaliação Socioeconômica de título: Avaliação dos Impactos nas Comunidades Locais em Projetos Pilotos para a Recuperação de Matas Ciliares. PRMC, São Paulo, IEA/SMA, 2006.

Bourg, D. Os sentimentos da natureza, Instituto Piaget, Lisboa, (Japão e Austrália), 1997.

Eliade, M. Tratado de História das Religiões, ed. ASA, cap XI O tempo sagrado e o mito do eterno recomeço.

Durand, G. A imaginação simbólica, Ed. Cultrix, 1988 Introdução - O Vocabulário do Simbolismo.

Keith Tomas: O homem e o mundo natural, Cia das Letras, SP, 1983, caps 1 e 6

Schama, S Paisagem e Memória, Cia das Letras, SP, 1995, Introdução.

Corbin, A O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental, Cia das Letras, 1989. Cap. 1 e 2

Gomez-Pompa: Domesticando o mito da natureza selvagem, in Etnoconservação, Nupaub, p.125.

Descola, P. Ecologia e Cosmologia, in Castro, E e Pinton, F. Faces do Trópico Úmido, Cejup, Belém, 1997.

Diegues, A O mito moderno da natureza intocada, Nupaub Hucitec, 1996, (cap. 1-5).